

“SE QUEREM QUE FAÇAMOS ALGO PELA FLORESTA TEM QUE NOS PAGAR”: As lógicas da participação dos camponeses nos Comités de Gestão dos Recursos Naturais nos distritos de Palma e Mocimboa da Praia em 2009

Relatório do trabalho de campo em Namiune, Nkonga e 5º Congresso

Maputo, Dezembro de 2010

Yussuf Adam
Andreas Klaey
Lukas Affentranger



u^b

**UNIVERSITÄT
BERN**

**CDE
CENTRE FOR DEVELOPMENT
AND ENVIRONMENT**

“SE QUEREM QUE FAÇAMOS ALGO PELA FLORESTA TEM QUE NOS PAGAR”: As lógicas da participação dos camponeses nos Comitês de Gestão dos Recursos Naturais nos distritos de Palma e Mocimboa da Praia em 2009

Relatório do trabalho de campo em Namiune, Nkonga e 5º Congresso

Maputo, Dezembro de 2010

Yussuf Adam
Andreas Klaey
Lukas Affentranger

Contents

Summary	7
Resumo	9
1 QUEM PROTEGE A FLORESTA DA QUEIMADA E DOS FURTIVOS – O OBJECTO DE ESTUDO	13
2 O GOVERNO, OS CONCESSIONÁRIOS, E A POPULAÇÃO TÊM QUE PUXAR PARA O MESMO LADO – O OBJECTIVO DO ESTUDO	15
3 PARA SE ESTUDAR A SITUAÇÃO PRECISAMOS DE INFORMAÇÃO – OS MATERIAIS	17
4 FAZER FALAR OS DADOS E AS PESSOAS – OS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	19
5 NÓS SABEMOS O QUE SE PASSA MAS SE QUEREM QUE FAÇAMOS COISAS TÊM QUE NOS PAGAR – OS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	21
5.1 A REGENERAÇÃO NATURAL DA FLORESTA	21
5.2 O EFEITO DAS QUEIMADAS NA FLORESTA	21
5.3 PLANTIO DE ARVORES NATIVAS	21
5.4 OS COMITÉS DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	22
5.5 OS PLANOS DE FUNCIONAMENTO DOS CGRC	23
5.6 O DESENVOLVIMENTO E A COORDENACAO ENTRE AS DIVERSAS ESTRUTURAS NA PROVINCIA, NO DISTRITO, NA ALDEIA E NA LOCALIDADE	24
5.7 O CONCESSIONÁRIO	24
5.8 CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E OUTRAS FORMAS DE UTILIZAÇÃO	26
5.9 SAÚDE, EDUCAÇÃO, COMÉRCIO E POBREZA	26
6 AS LÓGICAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS – A SATISFAÇÃO DO INTERESSE IMEDIATO	27
7 CONCLUSÃO – DOIS PARADIGMAS EM CHOQUE: A MINERAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E O USO SUSTENTÁVEL	31
ANEXO UM	35
ANEXO TRÊS	36

Ilustrações

Ilustração 1	Por falta infra-estruturas a água consumida pela população de Nkonga é vector de várias doenças.	14
Ilustração 2	As machambas estão expostas a fauna bravia. A forma como as machambas foram abertas não se levou em consideração a regeneração da floresta.	15
Ilustração 3	A visita nas machambas permite a discussão com base na observação directa e informações obtidas dos actores locais e participantes externos.	17
Ilustração 4	Os « peritos » locais têm a palavra nos seminários.	18
Ilustração 5	Cada um vai contribuir da sua propria perspectiva.	19
Ilustração 6	A participação das mulheres precisa ser promovida nas discussões.	20
Ilustração 7	Elaboração de um plano de acção do Comité dos Recursos Naturais.	23
Ilustração 8	Os esboços dos planos formam discutidos.	25
Ilustração 9	Para estruturas externas é impossível impedir os frequentes abates ilegais de <i>Afzelia quanzensis</i> nas concessões.	28
Ilustração 10	As duas participantes do seminário mostram a regeneração de <i>Afzelia quanzensis</i> .	29
Ilustração 11	Os participantes mostram pequenas arvores (<i>Afzelia quanzensis</i>) que Conseguiram crescer em ilhas não atacadas pela quimadas.	31
Ilustração 12	Floresta Mangalale e a fonte constituem um elemento chave na paisagem e no ecossistema.	32

“If you want us to do something in the forest you have to pay us”: The logic of peasant participation in the Committee on Natural Resources in the districts of Palma and Mocimboa da Praia in 2009.

Report of field work in Namiune, Nkonga, and 5th Congress, Maputo, December 2010.

Yussuf Adam, Andreas Klaey, Lukas Affentranger

Summary

Our study considers the natural resources of the Miombo forests in Cabo Delgado from a broad ecosystems perspective. Thus, our view goes beyond the disciplinary approaches of forestry, agronomy, biology or zoology, and also of the social sciences, namely anthropology, history, sociology, political science or economics. The present study aims to establish a dialogue and create synergies between Miti Ltd. – the logging company and owner of the forest concessions – as well as government and state structures at the various levels and the communities – through the Committees on Natural Resources – in order to promote the sustainable use of resources and ecosystems.

The research methodology we used can broadly be described as moderated transdisciplinary interaction for action-research based on the approach known as Learning for Sustainability (LforS, <http://www.cde.unibe.ch/Pages/Project/2/14/Learning-for-Sustainability-Extension-Approach.aspx>). The research methods used include: LforS seminars; field work; forests observations focusing, among others, on ecosystems, trees, wildlife, and burned areas; visits to farms; and interviews. We conducted both collective interviews and individual interviews, including with key informants.

The main results indicate that members of the Committee on Natural Resources have a dual attitude: their statements defend the paradigm of sustainable use of natural resources as well as their own immediate monetary gain. They are willing to apply the values, concepts and theories of sustainable development that underpin the establishment of Committees on Natural Resources if they are paid for their work or if they can derive direct benefits from it, i.e. if they can earn a salary or allowance. If this does not happen, however, they are willing to allow actors to engage in illegal hunting or logging activities. This dual attitude also exists in relation to forestry operators. If the concession workers pay the committee members in cash or provide goods, they can run their business even if they violate the law.

Natural forest regeneration in Nkonga and Namiune already shows the impact of such use. Although there are many saplings that could basically ensure continuous regeneration under sustainable management, repeated burning is damaging the young trees, deforming them and killing a great number of them. Campaigns against uncontrolled fires are ineffective because the administrative and political authorities have a dual attitude as well and are also part of the group that uses resources to their own profit and benefit. There are institutional structures within the administration, populations, and communities to perform regulating functions, create and implement rules, punish offenders, and oversee resource use. However, they feel that since they are not paid for performing these functions, they do not have to do so. This attitude shows a lack of awareness, but also indicates a situation where everyone seeks to derive maximum benefits from existing resource use patterns. Anything goes.

Keywords: forests, Cabo Delgado, Miti ltd., Committee of Natural Resources, fire, sustainability

Resumo

O nosso objecto de estudo engloba os recursos naturais em sentido amplo. A nossa preocupação é mais ampla do que uma abordagem de engenharia florestal, agronomia, biologia ou zoologia. É também mais ampla do que as perspectivas disciplinares de qualquer uma das ciências sociais, isto é, antropologia, história, sociologia, ciência política ou economia política. O objectivo do estudo era criar um diálogo e sinergias entre o concessionário, a Miti Ltda., as estruturas do governo e do estado aos diversos níveis e as comunidades através dos Comitês de Gestão dos Recursos Naturais de forma a promover o uso sustentável dos recursos.

A metodologia de investigação que utilizamos pode ser genericamente descrita como Aprendizagem Autodidáctica para a Sustentabilidade. Os métodos de investigação que utilizamos foram os seguintes: seminário AS, visitas e deslocações de terreno, observação de floresta, de ecossistemas, de árvores cortadas, de zonas de queimada, visitas a machambas e entrevistas. As entrevistas normalmente foram colectivas – mais discussões colectivas abertas – e semiestruturadas com alguma informante chave.

Os principais resultados indicam que os membros dos CGRC têm uma postura dupla: o seu discurso defende o paradigma do uso sustentável dos recursos naturais e a sua prática o ganho monetário imediato. Estão dispostos a aplicar os valores, conceitos e teorias do desenvolvimento sustentável que está na base da criação dos CGRC se forem pagos para isso, se tiverem um salário ou subsídio. Caso isso não venha a acontecer estão dispostos a deixar que os furtivos cacem ou cortem madeira. Também têm esta posição dupla em relação aos próprios operadores florestais. Desde que os concessionários lhes paguem em dinheiro ou forneçam bens podem realizar as suas actividades mesmo que estas violem as leis.

A regeneração natural das florestas em Nkonga e Namiune mostra já o impacto deste tipo de utilização. Se bem que haja um grande número de árvores que nascem e se mantêm podendo assegurar uma reflorestação contínua e um uso sustentável as queimadas contínuas vão danificando as árvores jovens, deformando as e matando uma grande quantidade.

As campanhas contra as queimadas não estão a ser efectivas pois as autoridades administrativas e políticas não são coerentes e fazem parte do grupo que as utiliza para o seu lucro e benefício. Existem estruturas da administração e das populações e comunidades que desempenhavam estas funções de criar regras e implementar, fiscalizarem reprimir os prevaricadores. Não acham que tem algo a fazer pois não ganham nada com isso. Esta atitude revela uma falta de consciência mas também uma situação em que cada um quer obter o máximo de benefícios da situação existente. Vale tudo.

Palavras-chave: florestas, Cabo delgado, Miti Ltda., Comitês dos Recursos Naturais, queimadas, sustentabilidade.

1 QUEM PROTEGE A FLORESTA DA QUEIMADA E DOS FURTIVOS – O OBJECTO DE ESTUDO

Este estudo faz parte de uma investigação mais ampla sobre a Regeneração das Florestas no Norte de Moçambique. A investigação foi conduzida nas concessões florestais da Miti Ltda. e da FMJ e nas áreas limítrofes. Grosso modo recolhemos informação nos distritos de Palma, Mocimboa da Praia e Nangade.

A operação das concessões florestais está regulamentada pela legislação moçambicana que define as obrigações dos concessionários e das populações em redor. O objetivo é criar sinergias entre a actividade florestal e a população de forma a assegurar a manutenção e exploração do recurso, a regeneração da cobertura vegetal e benefícios económicos quer para o concessionário quer para as populações. Estas teriam acesso a emprego assalariado, aos recursos disponíveis como lenha, capim, materiais de construção, remédios e aos animais. A lei obriga o estado a devolver às comunidades uma parte do valor cobrado em impostos ao concessionário, os 20 por cento (Número 1 do Artigo 102 do Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia Decreto nº 12/2002 de 6 de Junho). A utilização destes fundos é da inteira responsabilidade das comunidades através das comissões dos recursos naturais e das restantes autoridades administrativas das aldeias e dos distritos que tem um certo papel regulador e de manutenção da legalidade.

Estas comissões de recursos naturais surgem na região ao mesmo tempo que surge a concessão. O processo de delimitação da concessão, o licenciamento, envolveu a participação das populações e a criação das comissões dos recursos naturais. As comissões foram eleitas através de um processo de consulta popular, que se pretendia o mais democrático possível, tendo sido assegurada a formação e treino iniciais dos seus membros. Foi também definido um plano para a actuação de cada comissão e as suas tarefas. Todavia, o seguimento destas instituições, a monitoria e avaliação e o treinamento e formação contínuas não foram garantidos.

O nosso objecto de estudo engloba os recursos naturais em sentido amplo. Os recursos florestais foram o foco de uma atenção mais específica – as espécies cortadas, os estágios de regeneração das mesmas etc. A fauna existente nestas florestas sobretudo a sua utilização pelas populações e por outros actores tais como as empresas de safaris foi também considerada. A perspectiva que utilizamos, com a intenção de abordar as problemáticas de uma forma mais global foi a dos ecossistemas. A nossa preocupação é mais ampla do que uma abordagem de engenharia florestal, agronomia, biologia ou zoologia. É também mais ampla do que as perspectivas disciplinares de qualquer uma das ciências sociais, isto é, antropologia, história, sociologia, ciência política ou economia política. Os recursos naturais foram estudados numa perspectiva em que englobamos as estratégias dos residentes e das comunidades existentes nessas regiões. Os actores sociais a considerar incluem os camponeses residentes, os comerciantes, as comunidades, as hierarquias camponesas, os proprietários das concessões e seus empregados, as autoridades estatais e administrativas locais e o estado moçambicano, neste caso, os ramos ligados a agricultura e florestas.

No estudo realizado em 2009 centramos a nossa abordagem sobre a utilização da floresta, sobre o funcionamento das aldeias e das estruturas da comunidade e dos Comitês de Gestão dos Recursos Naturais (Adam & Klaey, 2009).

Em Novembro de 2009 baseados na aldeia de Nkonga trabalhamos com os Comitês de Gestão dos Recursos Naturais de Nkonga e Namiune, as autoridades administrativas da aldeia de Nkonga, com funcionários das direcções distritais de agricultura de Mocimboa da Praia, Palma e Nangade e com os funcionários da Miti Ltda. destacados nestas aldeias.

A pergunta que acabou por ser colocada por todos foi a seguinte: quem é que protege a floresta contra os usos abusivos e fora da lei evitando as queimadas que destroem o potencial de regeneração e os cortes impróprios quer por parte do concessionário quer de outros actores?

Os Comitês de Gestão dos Recursos Naturais têm um papel fundamental na fiscalização, na mobilização das populações e no controlo do uso indevido do recurso. Estará este papel a ser desempenhado? Os Comitês de Gestão dos Recursos Naturais têm duas funções – participarem na fiscalização, mobilização das populações e dos concessionários para o uso autorizado e sustentável e na distribuição dos recursos financeiros. Será esta a percepção dos comités e dos seus membros? Em que medida estes comités estão apetrechados para realizar estas tarefas e alcançar os seus objectivos?



Ilustração 1 *Por falta infra-estruturas a água consumida pela população de Nkonga é vector de várias doenças.*

2 O GOVERNO, OS CONCESSIONÁRIOS, E A POPULAÇÃO TÊM QUE PUXAR PARA O MESMO LADO – O OBJECTIVO DO ESTUDO

O objectivo do estudo era criar um diálogo e sinergias entre o concessionário, a Miti Ltda., as estruturas do governo e do estado aos diversos níveis e as comunidades através dos Comitês de Gestão dos Recursos Naturais. Esta actuação conjunta torna se imprescindível para garantir os processos de regeneração natural da floresta e a sua utilização de acordo com as normas aprovadas.

Uma utilização responsável da floresta implica que os diversos actores envolvidos possam funcionar de uma forma coordenada, cumprindo as suas responsabilidades e obrigações. A actuação de cada um destes actores depende de vários outros factores que vão desde o cumprimento das obrigações de uns e de outros e de um diálogo que permita pelo menos registar as diferenças e as críticas que uns e outros têm de forma a criar um processo de negociação que leve a que todos puxem para o mesmo lado.

Os actores mais formais e mais capacitados financeiramente – o concessionário, em termos de poder – o estado e o governo e as comunidades e seus comités de gestão – em termos de acesso ao recurso e formação deverão ter planos de trabalho, sistemas de monitoria e avaliação e lugares de debate.



Ilustração 2 *As machambas estão expostas a fauna bravia. A forma como as machambas foram abertas não se levou em consideração a regeneração da floresta.*

3 PARA SE ESTUDAR A SITUAÇÃO PRECISAMOS DE INFORMAÇÃO – OS MATERIAIS

A informação escrita disponível e acessível foi utilizada. Tratava-se dos estudos de base realizados para a instalação e criação das concessões COMADEL e FMJ e de informação produzida no contexto do estudo do potencial florestal da região (Saket, 1994; Bunster, 2004; Klaey & Adam & Dimka, 2008; Adam et al 2009; Adam & Klaey, 2009).

Estes estudos de base serviram para a investigação. Os dados das operações da concessionária não foram utilizados por não estarem apresentados de uma forma fácil de analisar. Trata-se de informação detalhada sobre madeira cortada, número de árvores abatidas, volumes, espécies, etc. O sistema que o concessionário dispõe está mais orientada para as necessidades de produção e controlo de produção, uso de insumos, etc. do que para uma análise científica da floresta e das suas dinâmicas e processos naturais e antropológicos.

Dados mais gerais sobre a região, sobre o funcionamento das instituições locais ou sobre o setor florestal e agrícola em geral foram consultados.



Ilustração 3 *A visita nas machambas permite a discussão com base na observação directa e informações obtidas dos actores locais e participantes externos.*

Dois grandes conjuntos de materiais permitiram nos efetuar os nossos estudos. A informação dos sistemas de informação satélite e os dados dos trabalhos de campo. O conjunto de materiais de campo cobrem os ecossistemas em geral e a floresta em particular – as plantas, populações, espécies e os recursos extraídos – árvores abatidas, tipo de corte, manuseamento, tipo de árvores abatidas, etc. Também obtivemos dados sobre as áreas da concessão visitando as e observando a floresta, as intervenções do concessionário, dos furtivos, dos camponeses. Os esforços de plantação foram visitados.

No campo as entrevistas, os grupos de discussão e vários outros tipos de interacção mostraram nos as opiniões dos diversos indivíduos e grupos de indivíduos sobre a floresta e os seus processos naturais, as queimadas, as explorações e mesmo sobre os rendimentos. Também nos forneceram alguns dados fragmentários sobre os 20 por cento que receberam do estado.

O material obtido através das visitas e observações, das entrevistas e dos grupos de discussão – muitas vezes recorrendo a mapas participativos construídos em conjunto – foi produzido enquadrado no sistema ALS¹ – Aprendizagem Autodidacta para a Sustentabilidade. Os registos fotográficos complementam a base de informação que utilizamos



Ilustração 4 Os « peritos » locais têm a palavra nos seminários.

¹ Em inglês ALS Autodidactic Learning for Sustainability. Em português corresponde a Aprendizagem Autodidacta para a Sustentabilidade.

4 FAZER FALAR OS DADOS E AS PESSOAS – OS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

A metodologia de investigação que utilizamos pode ser genericamente descrita como Aprendizagem Autodidáctica para a Sustentabilidade. O objectivo é contribuir através da pesquisa para o uso sustentável dos recursos naturais.

Os métodos de investigação que utilizamos foram os seguintes: seminário AS, visitas e deslocações de terreno, observação de floresta, de ecossistemas, de árvores cortadas, de zonas de queimada, visitas a machambas e entrevistas.

As entrevistas normalmente foram colectivas – mais discussões colectivas abertas – e semi-estruturadas com alguma informante chave.

O seminário ALS contou com a participação de alguns funcionários da MITI - sobretudo do chefe da área de corte de Nkonga, Namiune e de membros do Conselho executivo de Aldeia Nkonga. Estiveram também presentes os membros dos Cada um vai contribuir a partir da sua própria perspectiva. Comitês de Gestão dos Recursos Naturais de Nkonga e Namiune no seminário ALS.



Ilustração 5 Cada um vai contribuir da sua própria perspectiva.

Os temas centrais do debate no seminário e nas entrevistas e visitas era a regeneração natural da floresta e a responsabilidade de todos os actores envolvidos nisso. Verificou-se das discussões que cada CGRC não tinha um programa escrito. Decidiu-se como output elaborar para cada aldeia presente um plano de actividades para cada CGRC.

Informações mais gerais sobre as aldeias, as empresas, os concessionários, a saúde, a educação e o comércio foram obtidas a partir de entrevistas com informadores chave como comerciantes, régulos, etc.

Informação recolhida dos contactos anteriores nas aldeias por Júlio Machele foi utilizada. Lucas Afftenganger apresentou uma parte dos resultados na sua tese de mestrado que Andreas Klaey supervisionou na Suíça.



Ilustração 6 *A participação das mulheres precisa ser promovida nas discussões.*

5 NÓS SABEMOS O QUE SE PASSA MAS SE QUEREM QUE FAÇAMOS COISAS TÊM QUE NOS PAGAR – OS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Os vários temas e assuntos que faziam parte da nossa agenda de investigação foram debatidos tendo se obtido resultados de tipo diferente – dados empíricos – medidos, dados de observações e discussões, opiniões e interpretações...

5.1 A REGENERAÇÃO NATURAL DA FLORESTA

Verificamos nos campos visitados que a maior parte das plantas novas com menos de dois metros tinham sido atingidas pelas queimadas e muito provavelmente iriam desaparecer.

Árvores com mais de dois metros estavam viçosas. As árvores com menos de dois metros iam ser atingidas pelo fogo e o seu desenvolvimento normal influenciado negativamente pelas queimadas. Esta situação punha em perigo a regeneração natural das espécies mais exploradas pelos madeireiros.

5.2 O EFEITO DAS QUEIMADAS NA FLORESTA

Verificou-se na floresta que havia uma intensificação das queimadas descontroladas e ao mesmo tempo uma maior actividade de corte quer por furtivos, quer pelos camponeses quer pela própria concessão.

Um aumento de número de pessoas e de aldeias no interior das concessões faz com que a pressão sobre a floresta aumente. São desmatadas áreas maiores para a abertura das machambas e há mais pessoas a caçar, a fazer corte de estacas e de bambus.

As queimadas impedem a regeneração natural da floresta e contribuem também para matar animais e aves. As aldeias e os CGRC com que trabalhamos acham que muitas das queimadas são causadas por caçadores macondes que vêm do Planalto. O presidente da Aldeia Nkonga achava que não teria problemas em controlar as queimadas e as actividades dos caçadores desde que recebesse um subsídio monetário para pagar o seu trabalho. O régulo de Nkonga, Piripíri, achava que havia um sistema na aldeia, cada zona geográfica tinha um responsável, que deveria ser utilizado para controlar as queimadas e castigar as pessoas que ateassem fogos descontrolados.

5.3 PLANTIO DE ARVORES NATIVAS

O concessionário distribuiu por cada aldeia um número de árvores, cerca de 500 por cada aldeia. O responsável pela aldeia entregou as árvores a um grupo de mulheres que as plantaram, sacharam o capim e cuidaram das plantas. No fim de cada campanha as árvores são contadas e o grupo de mulheres recebe um valor por cada planta viva.

No fim de cada ano as arvores são contadas e cada mulher recebe cerca de 100 MT por cada arvore que esta viva.

As informações fornecidas foram de que só sobreviveram em cada aldeia menos de 10 por cento das árvores. A maior parte das árvores apesar de terem sido cuidadas morreram por causa do fogo.

5.4 OS COMITÉS DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Estes comités parecem ter sido formados de uma forma democrática. Os membros foram escolhidos numa reunião da aldeia. Foi divulgada a Lei de Florestas e Fauna Bravia e a legislação sobre os CGRC. O papel a desempenhar pelos CGRC na manutenção e defesa dos recursos foi sublinhado. A necessidade de controlo das queimadas, dos furtivos e mesmo dos concessionários foi mencionada. Os CGRC receberam uma formação e treino inicial mas que nunca chegou a ser repetido. Não foram feitas acções de monitoria e seguimento. Até 2007-2008 a maior queixa e razão evocada para o seu não funcionamento dos CGRC era que não recebiam os 20 por cento dos impostos pagos pela concessionária. O pagamento dos 20 por cento não melhorou a eficiência e eficácia dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais.

Os membros dos CGRC com quem falamos têm claramente a ideia de que a sua tarefa é fiscalizar a região, impedir as actividades não licenciadas, coordenar com o concessionário e com as autoridades locais, da aldeia, do posto, do distrito e com a província a utilização da floresta para que seja uma actividade sustentável e que sejam respeitadas as leis e o plano de manejo da concessão.

A concretização das suas tarefas pelos CGRC não é feita de uma forma sistemática. Só realizam actividades se vão obter algum benefício directo e imediato.

Os 20 por cento foram pagos pelas finanças aos CGRC mas o processo seguido parece um pouco nebuloso. O dinheiro não foi pago a todos os CGRC mas a um só, o da aldeia Luneke, que depois devia distribuir pelos outros grupos. A razão invocada é que a maior parte dos CGRC não estavam legalizados, não tinham conta bancária, bilhetes de identidade, etc....

Esta situação gerou desvios, falhas de pagamento, roubos e confusão entre as diversas estruturas de poder nas aldeias. As maiores divergências na aldeia verificam-se sobre o valor dos 20 por cento e sobre a aplicação dos fundos. Uns acham que a sua prioridade é financiar mesquitas, igrejas ou a sede do partido. Muitos dos camponeses gostariam de beneficiar mais directamente do dinheiro.

O concessionário tinha se comprometido a prestar apoio as aldeias pagando trabalho de fiscalização, fornecendo meios para enterros e cerimónias e contratando mão-de-obra através dos responsáveis locais. Estas tarefas são cumpridas mas são avaliadas como não satisfatórias pelos membros do CGRC que consideram que o concessionário tem maiores benefícios. Os CGRC acham que deviam receber maiores benefícios. O concessionário acha que os CGRC e os presidentes das aldeias não ajudam a defender a concessão e ajudam os furtivos. Qualquer presidente de aldeia autoriza tanzanianos e outros a cortar madeira desde que estes lhes paguem 1000 MT ou mais por cada autorização de corte.



Ilustração 7 *Elaboração de um plano de acção do Comité dos Recursos Naturais.*

5.5 OS PLANOS DE FUNCIONAMENTO DOS CGRC

Cada um dos CGRC produziu no seminário o seu plano anual e apresentou o para discussão. Alguns das actividades propostas foram modificadas após a discussão em plenário. A tendência mais forte nos plenários era de manter a lista de actividades que os CGRC tinham elaborado.

De cada plano fazia parte o seguinte:

- Reuniões anuais regulares para fazer o balanço das actividades;
- Actividades de mobilização dos residentes para a sustentabilidade da floresta;
- Repressão das actividades consideradas ilegais – queimadas, caca de ratos e outros animais com fogo, repressão dos madeireiros furtivos;
- Reuniões de troca de informação e de esclarecimento – com as autoridades da aldeia, do distrito, com o concessionário, etc....

Cada um dos CGRC formulou o seu plano a sua maneira. Em 2010 esperava-se fazer um balanço. As actividades de acompanhamento que membros da nossa equipa de investigação deviam realizar em cada trimestre não foram realizadas por falta de disponibilidade do concessionário.

Os intervenientes na discussão ressaltaram alguns pontos:

- Não estavam disponíveis para desenvolver certas actividades como controlo de furtivos, caçadores furtivos, queimadas descontroladas a não ser que lhes fosse pago um salário extra;
- Achavam que a maior parte do rendimento económico beneficiava o concessionário;
- Presidente da aldeia achava que as multas cobradas, os bens apreendidos deviam ficar com ele e com o conselho executivo

5.6 O DESENVOLVIMENTO E A COORDENACAO ENTRE AS DIVERSAS ESTRUTURAS NA PROVINCIA, NO DISTRITO, NA ALDEIA E NA LOCALIDADE

A impressão com que ficamos foi que na Aldeia de Nkonga como nas outras havia uma grande pluralidade de poderes que se degladiavam.

As aldeias estavam divididas por origem dos residentes, etnia e religião.

Havia a funcionar ao mesmo tempo o presidente do conselho executivo, os podres ditos tradicionais e linhageiros. A terra e a floresta eram geridas por um lado pelos chefes linhageiros que eram os donos da terra e pelos administradores e presidentes dos conselhos executivos que não eram donos da terra mas tinham a lei do estado que diz que a terra em Moçambique é do estado.

Em inúmeras ocasiões os representantes dos diversos grupos envolveram se em discussões e zangas alegando os membros dos diversos grupos tradicionais que então o governo que ficava com os impostos fizesse algo.

A presença dos funcionários da agricultura e das florestas é fraca nas aldeias. Mesmo as administrações distritais e os chefes de posto não visitam de uma forma continuada as aldeias.

5.7 O CONCESSIONÁRIO

Os funcionários da concessão alegam que não têm cooperação dos membros do CGRC. Alegadamente na sua opinião em Moçambique as autoridades não controlam nem exercem as suas funções.

Na Tanzânia donde vêm os furtivos o estado não deixa ninguém estragar a floresta, fazer queimadas ou cortar sem licença nem autorização. Os caçadores furtivos e os que cortam madeira sem autorização trabalham nas florestas durante o tempo das chuvas com apoio e autorização das autoridades das aldeias que recebem dinheiro e meios.



Ilustração 8 Os esboços dos planos formam discutidos.

O trabalho de verificação do que se passava na floresta na época das chuvas não pode ser realizado por falta de disponibilidade do concessionário.

Manter uma colaboração com as autoridades de aldeias e com os CGRC e na opinião dos funcionários da MITI desgastante pois eles querem apoio, recursos etc., mas não fazem o seu trabalho.

As CGRC não estão legalizadas nem são operacionais. Não têm contas bancárias abertas. Muitos dos seus membros não tem bilhete de identidade. As contas e as contabilidades não são transparentes. Na Aldeia 5º Congresso as pessoas que receberam fundos para realizar certas compras desviaram o dinheiro. Estão agora a devolver os valores. Muitos dos projetos como a escola de Nkonga nunca são acabados.

Há também muitos conflitos entre as diversas estruturas, linhagens e famílias. Há também conflitos étnicos que põe em causa o funcionamento das CGRC e dos responsáveis das aldeias.

Outras concessionárias, autorizadas a operarem noutras regiões, pessoas com licenças simples e pessoas sem licenças aparecem nas aldeias e cortam a sua madeira. Não tem as mesmas obrigações que a concessionaria.

5.8 CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E OUTRAS FORMAS DE UTILIZAÇÃO

Nas visitas que efectuamos na região que vai de Nangade a Namiune e de Nkonga a Mocimboa da Praia verificamos que se intensificaram as operações de estabelecimento de projectos e ou concessões para uso de recursos naturais.

Na região de Nkonga estava instalada uma operação de safaris, a Mozambique Hunters, que se dedica a caça de elefantes. Segundo os habitantes de Nkonga os clientes da empresa de safaris só abatem elefantes grandes e com bons marfins. A empresa tem contribuído para fazer fugir os elefantes das machambas dos camponeses. Outra empresa de safaris se instalou em Ulo.

Uma floresta perto de Nkonga, em Mangarare, esta situada numa nascente. Esta nascente dá origem a uma lagoa que depois alimenta um rio, que em algumas zonas é subterrâneo, que desagua perto de Mocimboa da Praia, perto da antiga plantação de Mpanga. Esta nascente de grande importância não estava nem delimitada nem a região protegida. Além da destruição da cobertura vegetal pelos elefantes havia uma série de machambas de arroz estabelecidas nas redondezas.

5.9 SAÚDE, EDUCAÇÃO, COMÉRCIO E POBREZA

As estruturas de saúde na região de Nkonga tinham sido beneficiadas com meios de trabalho e infra estruturas em 2008. Todavia a equipa técnica, em 2009, vivia bastante isolada e com falta de meios.

O sistema de abastecimento de água alimentado por energia solar montado no hospital estava parado porque tentaram roubar as placas solares. Em Novembro de 2009 não tinha sido reparado.

A educação nas aldeias apresenta as mesmas dificuldades que no resto das zonas rurais em Moçambique. A escola de Nkonga está para ser construída há vários anos. Muito do cimento que estava na aldeia estragou-se. Em 2009 estavam a fazer mais um esforço para construir a escola.

O comércio em Nkonga e em toda esta região é bastante influenciado pela Tanzânia. Comerciantes trazem televisores, colchões etc. de bicicleta e concedem créditos a funcionários públicos. Muitos deles no regresso levam madeira. Há bastante transporte a circular na região quer do concessionário quer de outros operadores.

A pobreza nestes locais tinha uma tendência para aumentar segundo os dirigentes das aldeias porque não tinham rendimentos monetários e a agricultura apresentava dificuldades.

Uma certa luta pela posse da terra era visível nas aldeias visitadas. Há uma migração permanente e sazonal de pessoas do planalto para estas áreas e há plantação de cajueiros mesmo em áreas de concessão florestal. Os migrantes acabam por ocupar as estruturas políticas e administrativas, marginalizar as pessoas locais e a ocuparam vastas áreas de terra nas quais plantam cajueiros. Estas plantações tornam lhes proprietários da terra.

6 AS LÓGICAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS – A SATISFAÇÃO DO INTERESSE IMEDIATO

Os recursos naturais estão a ser usados na região sem preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais. Até este momento temos operações de corte legais e ilegais frequentes. As concessões florestais autorizadas não se conformam a lei quanto aos limites, demarcações, uso de mão-de-obra, actividades de gestão da floresta com vista a promover e defender a regeneração natural e monitoria dos usos.

No máximo o que a concessionária faz é utilizar o recurso de uma forma economicamente viável em termos contabilísticos simplificados atendendo aos mercados e oportunidades de venda. Corta as espécies que têm comprador assegurado e não deixa nada a estragar no campo. Os registos sobre volumes cortados, espécies, etc. não estão facilmente acessíveis. Os registos da companhia visam manter o controlo do equipamento, dos combustíveis e da produção. A concessionária utiliza os recursos florestais para criar um stock de mercadorias que depois vende no mercado mundial. O rendimento da venda é superior aos gastos na produção desses produtos, por isso a empresa faz lucros. Mas nestas contas não está contabilizado o custo do recurso florestal que é considerado abaixo do seu valor real. As concessionárias não produzem dados publicamente acessíveis sobre os recursos que abatem. Nos manifestos aparecem declarados os volumes da madeira retirada e a espécie. Não sabemos donde provém a madeira se de uma única árvore ou de várias. Também não sabemos qual a quantidade de restos de cada árvore que foi deixada na floresta; dados existentes não permitem estabelecer uma relação entre a produção do corte e a produção ou rendimento da floresta ou das diversas unidades dentro da floresta.

Apesar da lógica da concessionária ser de produzir para vender ela vê-se obrigada a apoiar os camponeses na região, as aldeias e diversas estruturas administrativas. Também está sujeita a muitos controlos – legais, ilegais, formais, informais -, suspeições e pressões. Segundo os concessionários muitos dos controlos são abusivos. Queixam-se de uma certa perseguição ou de controlo cerrado por todos os serviços que passam multas a torto e a direito.

Os camponeses usam a floresta para vários fins desde a obtenção de lenha, remédios, comida etc. Também a desbravam para obter terra para plantar. Há uma abertura de machambas grandes em locais distantes das aldeias estabelecidas.

Segundo os camponeses eles têm que viver e não podem estar a realizar actividades – mesmo as que são sua obrigação como membros das estruturas do estado, da comunidade, etc. – sem que recebam um salário pelo seu trabalho. A riqueza é produzida e eles querem uma parte desses recursos. Muitos dos infractores e furtivos pagam aos chefes locais, membros dos CGRC ou qualquer outra pessoa para que a sua actividade seja protegida e não denunciada. Uma operação de corte de madeira numa das zonas da MITI estava a ser conduzida por uma antigo combatente que não dispunha das licenças adequadas.



Ilustração 9 *Para estruturas externas é impossível impedir os frequentes abates ilegais de Afzelia quanzensis nas concessões.*

A MITI para além de ser uma empresa concessionária vê-se obrigada a desempenhar funções de estado como manter uma monitoria das áreas das florestas, apoiar os camponeses e as administrações.

A concessionária vê se obrigada a manter trabalhadores e colaboradores nas diversas aldeias que recolhem informações sobre as actividades de furtivos na zona. Estas informações são depois canalizadas para o governo. O desempenho destas funções não liberta a MITI de ela própria ser fiscalizada e multada por violações da lei de trabalho, de trânsito, de licenciamento. A sua preocupação é cumprir com a legislação, contribuir para a reflorestação e facilitar toda a actividade que permita conhecer e gerir melhor esta região e os recursos.

Só uma intervenção do governo aos vários níveis e uma aplicação coordenada das leis vigentes poderá contribuir para que os diversos actores puxem para o mesmo lado e se consiga uma utilização sustentável da floresta.

Nas condições que encontramos e no diagnóstico que fizemos o que se verifica é que há uma sobreposição de responsabilidades, de organizações e instituições funcionando cada uma na tentativa de maximizar os seus lucros próprios e benefícios. O recurso – a floresta e os ecossistemas – estão a ser utilizados sem grande preocupação de manutenção futura.

Há um aumento da população e a utilização mais intensiva de recursos. Pessoas vêm de outras áreas, regiões mesmo países para aproveitar os recursos disponíveis.

Um dos membros da CGRC de Namiune descreveu com bastante detalhe a forma como os rinocerontes pretos na região foram abatidos por furtivos tanzanianos. Segundo ele os camponeses e chefes locais apoiavam o tanzaniano pois ele distribuía dinheiro e bens. Segundo o informador este tipo de actuação por qualquer operador vai lhe dar benefícios pois as pessoas o vão ajudar.



Ilustração 10 As duas participantes do seminário mostram a regeneração de *Afzelia quanzensis*.

7 CONCLUSÃO – DOIS PARADIGMAS EM CHOQUE: A MINERAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E O USO SUSTENTÁVEL

O nosso trabalho de campo demonstrou mais uma vez a existência de dois paradigmas quanto ao uso e exploração dos recursos naturais. O primeiro, baseado nos conceitos de uso sustentável, e que norteiam as políticas do estado moçambicano e a lei das florestas e da fauna bravia, considera os recursos como parte da natureza, dos ecossistemas que tem funções múltiplas para o bem-estar da sociedade seja fornecendo bens, mantendo condições e regeneração ecológica e permitindo as actividades e ritos culturais.

É esta concepção que preside a criação das concessões florestais pois estas permitem a reposição do recurso florestal, o reforço e protecção dos processos naturais de reflorestação e de regeneração das espécies florestais e animais. Cria emprego para a população local, aproveitam-se os produtos da floresta e mantém-se a ocupação humana destas regiões fornecendo serviços as pessoas e comunidades – comercialização, educação, saúde, etc..



Ilustração 11 *Os participantes mostram pequenas arvores (Afzelia quanzensis) que Conseguiram crescer em ilhas não atacadas pela quimadas.*

Este conceito e o paradigma associado deveriam obrigar a concessionária a manter registos de cortes e de produção mais acessíveis, menos confusos e uma monitoria regular dos recursos florestais, região por região, dentro da concessão, espécie por espécie. O emprego de quadros técnicos capazes ou uma melhor utilização de assessorias de instituições universitárias e de investigação facilitaria ao concessionário a prossecução das suas tarefas e objectivos.



Ilustração 12 Floresta Mangalale e a fonte constituem um elemento chave na paisagem e no ecossistema.

O segundo paradigma que poderemos chamar de mineração de recursos naturais consiste basicamente em olhar para a natureza como um produto que pode ser transformado em mercadoria e comercializado. O fundo de mercadorias é transformado num fundo em dinheiro que depois é investido noutra actividade económica mas não na exploração florestal com vista a garantir a reprodução do sistema, a regeneração natural e o desenvolvimento das várias actividades a ela associadas. A função do operador é procurar e transformar os recursos num conjunto de mercadorias que depois serão vendidas com o lucro remanescente. Este é o paradigma com algumas variantes que está a ser aplicado na maior parte das concessões florestais em Moçambique. Os membros das CGRC vivem divididos entre estes dois paradigmas. O seu discurso como membros dos CGRC defende o paradigma do desenvolvimento auto-sustentável. Dizem acreditar nele e dispostos a fazer e promover a sua aplicação. Na prática os CGRC e seus membros vivem da exploração florestal e praticam-na. Fazem parte de uma cadeia de extracção de recursos das florestas. Estas actividades extractivas põem em causa a regeneração natural da floresta e portanto a manutenção do recurso. Os membros dos CGRC têm uma postura dupla: o seu discurso defende o paradigma do uso sustentável dos recursos naturais e a sua prática o ganho monetário imediato. Estão dispostos a aplicar os valores, conceitos e teorias do desenvolvimento sustentável que está na base da criação dos CGRC se forem pagos para isso, se tiverem um salário ou subsídio. Caso

isso não venha a acontecer estão dispostos a deixar que os furtivos cacem ou cortem madeira. Também têm esta posição dupla em relação aos próprios operadores florestais. Desde que os concessionários lhes paguem em dinheiro ou forneçam bens podem realizar as suas actividades mesmo que estas violem as leis.

A regeneração natural das florestas em Nkonga e Namiune mostra já o impacto deste tipo de utilização. Se bem que haja um grande número de árvores que nascem e se mantêm podendo assegurar uma reflorestação contínua e um uso sustentável as queimadas contínuas vão danificando as árvores jovens, deformando as e matando uma grande quantidade.

As campanhas contra as queimadas não estão a ser efectivas pois as autoridades administrativas e políticas não são coerentes e fazem parte do grupo que as utiliza para o seu lucro e benefício. Existem estruturas da administração e das populações e comunidades que desempenhavam estas funções de criar regras e implementar, fiscalizarem reprimir os prevaricadores. Não acham que tem algo a fazer pois não ganham nada com isso.... Esta atitude revela uma falta de consciência mas também uma situação em que cada um quer obter o máximo de benefícios da situação existente. Vale tudo.

Bibliografia

Adam, Yussuf, "Usos múltiplos da floresta em cabo delgado: as concessões da MITI", Maputo, Agosto 2008. (não publicado).

Adam, Yussuf e tal. "A Regeneração Natural das Florestas em Cabo Delgado: a utilização do método de Aprendizagem para Sustentabilidade em Nangade, Cabo Delgado", Maputo, 2009. (não publicado).

CDE, "Capacidade de regeneração florestal e seu melhoramento pela gestão florestal e silvicultura em Cabo Delgado" (Q 804). Plataforma interactive. 06.11.08.

Klaey, Andreas & Adam, Yussuf & Dimka, Stantchev, "Forest Regeneration Capacity and Its Enhancement by Forest Management and Silviculture in Cabo Delgado", Bern: CDE, Nov. 2008.

Saket M, 1994. "Report on the Updating of the Exploratory National Forest Inventory."

ANEXO UM

ACTIVIDADES PARA 2010

No decorrer dos seminários e das conversas mantidas tinha sido programado a realização das seguintes actividades para continuação do projecto.

ESTUDO DOS USOS CULTURAIS DA FLORESTA

Um seminário ALS para estudar o uso da floresta nesta região para obtenção de medicamentos e produtos para tratamentos da saúde. Estes seminários seriam realizados com feiticeiro(a)s e curandeiro(a). Os seminários seriam preparados em várias deslocações aos distritos com o apoio da MITI.

ESTUDO DO USO DA FLORESTA NO PERÍODO DAS CHUVAS

Em Dezembro quando começa a chover as concessionárias saem da floresta e entram os furtivos. Estes utilizam equipamento sofisticado, tratores e camiões que não são fiscalizados pois as autoridades não circulam nas estradas no meio da chuva. As próprias aldeias transformam-se. Uma parte dos residentes fecham as suas casas e passam a viver nas machambas ou nas aldeias em que viviam antes da Independência.

O objectivo deste estudo é documentar a extensão da presença dos furtivos e dos equipamentos que utilizam. Uma vantagem deste estudo para a exploração florestal na região seria de poder demonstrar – se os furtivos utilizam os serrões manuais – a opção do uso de equipamento manual para serrar as tábuas. Estas tábuas são mais baratas e criam mais emprego. Este estudo não foi realizado por não ter havido oportunidade de deslocação aos distritos.

TEMAS PREVISTOS PARA NOVEMBRO DE 2010

O trabalho de campo de 2010 tinha como objetivo previsto e combinado com as CGRC seria a avaliação do plano que elas elaboraram – actividades realizadas, resultados obtidos, vantagens etc.

Nesse sentido os diversos CGRC devem ser visitados para reuniões de trabalho mais curtas do que seminários de uma semana. A ideia é analisar os planos aplicados, ver se há planos novos e ou modificados, matrizes para a análise das vantagens desvantagens de cada actividade.

O trabalho de campo deve incluir visitas aos vários projectos – concessionária, unidades de safaris – e as diversas administrações distritais e responsáveis locais para compreender os avanços verificados.

ANEXO TRÊS

PANOS DAS COMISSÕES DE RECURSOS NATURAIS PARA 2010

Plano Namiune 2010.

1	Promover três (3) reuniões durante o ano
2	Para evitar queimadas formar grupos de controle por zonas.
3	Contactar todos os serradores manuais para saber se têm licença, que método utilizam e que tipos de árvores eles utilizam mais.
4	Sensibilizar os caçadores a utilizar redes na caça e não outros meios para evitar as queimadas.
5	Falar com a empresa Cwater para reabilitar os poços
6	Mobilizar a população para fazer machambas em blocos para permitir melhor afugentar animais (elefantes).
7	Controle financeiro

25 de Novembro de 2009.

Plano 5º Congresso 2010.

1	Promover uma reunião por cada trimestre: <ul style="list-style-type: none">- análise das actividades realizadas;- formação de grupos de fiscalização;- Distribuição de grupos em zonas de fiscalização;- O relacionamento dos membros da Comissão.
2	Divisão da área: <ul style="list-style-type: none">"A" composta por três elementos para fiscalização"B" composta por três elementos para fiscalização"C" composta por três elementos para fiscalização"D" composta por três elementos para fiscalização
3	Fazer a relação nominal dos serradores manuais: <ul style="list-style-type: none">- Conhecer que regras usam na serração;- Que tipos de árvores eles serram mais;- Têm licenças?
4	Promover reuniões públicas para discutir como fazer a caça: <ul style="list-style-type: none">- utilizar a rede e não outros meios para evitar queimadas descontroladas.
5	Contactar a empresa Cowter para a abertura de dois poços na aldeia.
6	Mobilizar a população para fazer machambas em bloco para afugentar os animais (elefantes).
7	Contactar com MITI Limitada duas vezes.
8	Controle de fundos financeiros e prestar contas à população.

Plano Nkonga 2010.

1	Como evitar as queimadas descontroladas: – Vamos escolher os fiscais para vigiar as queimadas com a ajuda da própria comunidade.
2	Como dividir os grupos nos sítios necessários de controle: – temos que dividir em quatro grupos.
3	Serradores manuais: – temos que chamar e exigir licença para melhor controle da nossa aldeia.
4	Para a nossa organização da aldeia acerca da caça exigimos que todos caçadores tenham rede de caça dos animais.
5	Para o caso da água: – quando teremos dinheiro vamos falar com a Direcção do distrito para arranjar nos técnicos competentes para abrirem furos de água potável.
6	Acerca do desbravamento do mato vamos ter que fazer entender a população em geral para fazer machambas em bloco (em conjunto).
7	Para terminar sempre que contactar com o proprietário Faruk para juntos orientarmos o trabalho.

25 de Novembro de 2009

LISTA DOS PARTICIPANTES NOS SEMINÁRIOS ALS EM NKONGA NOVEMBRO 2009

Andreas Klaey
Lucas Affentranger
Yussuf Adam
Simão Addis
Almeida Paulino
Antunes
Muede Mussa
Sulemani Maulidi
Elias Joaquim
Manuel Malaica
Somoe Sumail
Amuré Buchir Ussene
Sumalia Selemane
Sijaena Piripíri
Assumane Adamo
Sitawa Sumail
Bacar Saide
Abdo Alifa
Alfane Badala
Selemane Muhamede